



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Objetivo

1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para contratação de serviços de apoio administrativo para realização de análise de processos e documentos na área contábil, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

2. Descrição da necessidade da contratação

2.1 O presente estudo tem o propósito de evidenciar e justificar a necessidade de contratação de uma solução que apoie e auxilie as atividades de gestão, análise de conformidade contábil e fiscalização de contratos de serviços continuados que utilizem mão de obra residente em regime dedicação exclusiva no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, especialmente as referentes à regularidade fiscal e tributária das empresas e o recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados terceirizados, assim como as demandas que envolvem a área financeira e orçamentária do Tribunal, seja em apoio às atividades de execução/gestão, seja em auxílio às unidades que trabalham diretamente com os aspectos atinentes à conformidade contábil das despesas públicas.

2.2 Ressalte-se aqui o fato de esse trabalho não ter a pretensão de isentar a Administração do exercício das atribuições estabelecidas legalmente aos fiscais formalmente designados ou aos servidores lotados nas Unidades que possuem correlação com a matéria, uma vez que o que se objetiva é apenas o apoio/auxílio de uma empresa especializada ou profissionais com expertise comprovada em aspectos técnicos específicos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

2.3 Notadamente no que tange à contratação de apoio à gestão e fiscalização de contratos, afirma-se que tem o condão de ser uma atividade assistencial e subsidiária, no sentido de que a responsabilidade pela fiscalização da execução contratual permanece no âmbito da Administração Pública, conforme julgados do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1930/2006-Plenário, Acórdão nº 606/2009-Plenário, Acórdão nº 1919/2012-Plenário, Acórdão nº 958/2018-Plenário e Acórdão nº 5562/2019-1ª Câmara).

2.4 Convém mencionar que o impulso a essa demanda foi originado da busca de soluções eficazes para as fragilidades e riscos detectados pelo Tribunal em contratações dessa natureza, bem como das dificuldades constatadas na realização dos procedimentos fiscalizatórios, notadamente, quanto aos aspectos administrativos (cálculos previdenciários, trabalhistas e tributários) desse tipo de contratação, assim como pela necessidade de apoio às unidades que realizam a gestão financeira e orçamentária de todas as despesas do Órgão, contratuais ou não, além do suporte às atividades avaliativas e/ou consultivas, relacionadas à exatidão dos demonstrativos contábeis, à legalidade, à legitimidade e à economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, desenvolvidas pela Auditoria Interna de acordo com os critérios aplicáveis e em conformidade com as normas e padrões nacionais e internacionais de auditoria do setor público, nos termos da Instrução Normativa n.º 84, de 22.04.2020, do Tribunal de Contas da União (TCU), e da Decisão Normativa (DN) n.º 198, de 23.03.2022.

2.5 A unidade responsável por fiscalizar e analisar os aspectos administrativos decorrentes de execução de serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra faz, atualmente, a gestão de 22 (vinte e dois) contratos dessa natureza, os quais, além de exigirem a apreciação de toda documentação de cunho trabalhista e previdenciário, atividade que gera em média 264 (duzentos e sessenta e quatro) relatórios anuais, demanda a realização de análises de planilhas de custos e formação de preços de licitações e/ou repactuações, reajustes em geral, rescisões, retenções e liberações de valores de conta vinculada, acréscimos, supressões e prorrogações contratuais, suporte



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

aos fiscais, gestores e empresas contratadas, o que, por si só, já implica expressivo volume de trabalho, sobrecarregando sobremaneira o setor.

2.5.1 Cumpre anotar ainda que está no rol de atividades da unidade citada no subitem anterior a gestão de contratos de serviços em geral, gama de atribuições que requer, além das atividades já citadas, elaboração de informações, prorrogações de vigência e alterações contratuais quantitativas e qualitativas. Ressaltando que, nos casos de contratos de locação de imóvel, a unidade exerce função híbrida, desempenhando o papel de fiscal e gestor simultaneamente. Além disso, frequentemente figura como integrante administrativo nas equipes de planejamento de várias contratações;

2.5.2 Em termos numéricos, a referida Unidade é responsável por monitorar e gerir cerca de 80 (oitenta) contratos no total, o que correspondem a um valor anual (atualizado em Jun/2023) estimado de cerca de R\$ 11.812.000,00 (onze milhões oitocentos e doze mil reais), dos quais R\$ 7.695.000,00 (sete milhões seiscentos e noventa e cinco mil) são valores empenhados em contratos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, importe este que representa aproximadamente 65,15% dos contratos em vigor e cerca de 30% do total do orçamento discricionário deste Regional. Trata-se de valor considerável que representa risco orçamentário de natureza elevada que necessita de apoio de mão de obra especializada no tema;

2.5.3 Cumpre informar que os valores acima mencionados aumentam significativamente com a formalização da contratação dos serviços terceirizados de apoio às eleições, contrato esse de cunho estratégico para o Tribunal pois dele depende o sucesso do pleito eleitoral. Essa contratação ocorre sempre em anos eleitorais e gerou uma despesa de R\$ 2.571.657,66 no ano de 2022.

2.5.4 Outro fator que deve ser mencionado é quanto à especificidade da documentação encaminhada pelas empresas contratadas. São documentos de cunho trabalhista e contábil que, por vezes, requerem conhecimento específicos de profissionais da área contábil, fugindo, dessa forma, das atribuições da maioria dos servidores lotados no setor.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

2.6 O alto volume de contratos traz impacto, ainda, nos setores financeiros do Tribunal, responsáveis pela realização dos pagamentos de tais despesas, muitas das quais exigem um minucioso trabalho de recolhimento de tributos a vários entes distintos, a exemplo do recolhimento de ISS para cada município, principalmente nos contratos de cessão de mão de obra, tais como limpeza e conservação e, nos anos eleitorais, de auxiliares de apoio às eleições (contrato de importância estratégica para o sucesso das eleições). Além disso, a progressiva entrada em vigor das normas relativas ao EFD REINF e DCTFWEB, têm trazido significativo aumento de trabalho na área financeira, pois também resulta na necessidade adicional da prestação de várias e detalhadas informações mensais sobre os recolhimentos dos tributos federais nos pagamentos dos contratos realizados pelo TRE-RN

2.6.1 Ainda com relação às unidades que atuam diretamente na gestão financeira e orçamentária do Tribunal, percebe-se um crescimento das atividades desenvolvidas ao longo dos anos, seja pelo elevado número de contratos vigentes, conforme mencionado anteriormente, seja por novas exigências dos entes tributantes, órgãos de fiscalização e controle ou mesmo em decorrência de alterações do cenário econômico brasileiro.

2.7 A título exemplificativo, em 2002 o orçamento das despesas de OCC (Outros Custeios e Capital) na LOA era de R\$ 1.821.968,00 (um milhão oitocentos e vinte e um mil novecentos e sessenta e oito reais). Passadas duas décadas, o orçamento atual das despesas discricionárias do TRE-RN, exceto Pessoal e Benefícios, atualmente alcança o montante de R\$ 24.722.949,00 (vinte e quatro milhões setecentos e vinte e dois mil novecentos e quarenta e nove reais), representando um aumento exponencial face a uma força de trabalho reduzida.

2.8 Ao longo dos anos cada vez mais os entes tributantes vêm alterando as suas respectivas legislações tributárias, imputando novas responsabilidades aos sujeitos passivos para fins de recolhimento e prestação de obrigações acessórias.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

2.9 Por sua vez, importantes mudanças no texto Constitucional, a exemplo da EC nº 95/2016, que implantou o novo regime fiscal, bem como a EC nº 100/2019, que estabeleceu o orçamento impositivo, trouxe significativas mudanças para a Administração, como a necessidade de evitar a inscrição em restos a pagar e executar integralmente o orçamento aprovado.

2.10 Além disso, a Implantação do PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Serviço Público), vigente a partir do exercício financeiro de 2015, também resultou em significativas mudanças para a área contábil do TRE-RN, implicando em alterações de várias práticas contábeis do serviço público, com impacto notadamente no controle patrimonial.

2.11 No que se refere às atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna do TRE-RN, tem-se um novo cenário a partir da publicação da Instrução Normativa (IN) n.º 84, de 22.04.2020, do Tribunal de Contas da União (TCU), a qual estabelece normas para a organização e a apresentação das contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal e para o julgamento realizado por aquela Corte Superior de Contas, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

2.11.1 Com vistas ao controle social e ao controle institucional previsto nos artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal, a mencionada IN dispõe sobre os processos de prestação de contas e de tomada de contas, incluindo os procedimentos de auditoria e certificação das contas, que objetivam assegurar, em nível razoável, a confiabilidade das demonstrações contábeis e a conformidade dos atos de gestão. Em relação ao primeiro objetivo da auditoria, deve ser assegurado que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e, ainda, se estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro;

2.11.2 Além do referido instrumento normativo do TCU, também foram estabelecidos regramentos complementares sobre a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, estando vigente a Decisão Normativa (DN) n.º 198, de 23.03.2022, que apresenta, dentre outras disposições, as normas e padrões técnicos aplicáveis à auditoria e certificação de contas a partir do exercício 2022, a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

respectiva materialidade, os critérios para a certificação de conformidade e as regras de transição até 2026;

2.11.3 Ainda de acordo com a DN-TCU 198/2022, art. 11, para a avaliação de confiabilidade das demonstrações contábeis, devem ser aplicadas as Normas Brasileiras de Contabilidade sobre Técnicas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP), equivalentes às ISSAI da série 2000, adotadas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai). Em relação à auditoria de conformidade dos atos de gestão devem ser adotadas as NBASP 400 e 4000, equivalentes às ISSAI 400 e 4000 e, quando aplicável, as NBC TASP 240 e 250 (ISSAI 2240 e 2250). Quanto ao(s) certificados de auditoria, estes devem seguir o formato previsto nas NBC TASP da série 700 (ISSAI 2700);

2.11.4 Em relação à atuação da Auditoria Interna do TRE-RN (AUDI), convém ressaltar que, embora as novas disposições e regramentos complementares estabelecidos pelo TCU venham sendo gradativamente adotados pela área, foram acrescidas inúmeras atribuições à equipe da atual Seção de Avaliação da Gestão (SAG) e à(ao) dirigente da AUDI, decorrentes do novo processo de trabalho outrora executado por auditoras e auditores da Corte Superior de Contas. Nesse sentido, considerando-se que a realização de tal processo de trabalho abrange um arcabouço normativo nacional e internacional aplicável de considerável extensão (sobretudo relacionado a aspectos de natureza contábil), a sua integral observância até o exercício 2026 dependerá sobremaneira de pessoal de apoio técnico, ora não disponível no TRE-RN.

2.12 A reduzida força de trabalho decorrente da aposentadoria de diversos servidores, sem a paritária reposição, em razão das limitações impostas pelo teto de gastos, notadamente quanto à criação de novos cargos ou a previsão de concurso público para reposição de vagas decorrentes da aposentadoria, é uma realidade no âmbito do serviço público federal, não sendo diferente no TRE-RN. Em recente consultoria realizada pela Auditoria Interna do TRE-RN, em que restou demonstrada a reduzida força de trabalho e os impactos às diversas demandas do Tribunal, conforme relatório conclusivo anexado ao Processo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

Administrativo Eletrônico (PAE) n.º 13224/2022, merecem destaque os seguintes riscos (e as respectivas causas e efeitos):

- I - em virtude da insuficiência de pessoal (Causa), poderá haver sobrecarga de trabalho (Risco 1, de nível extremo), descontinuidade de ações e projetos (Risco 2, de nível alto) e atraso ou falhas nas entregas (Risco 3, de nível alto);
- II - da sobrecarga de trabalho, poderão resultar a utilização de estagiários e estagiárias como força de trabalho (Efeito 1), o adoecimento de servidores e servidoras (Efeito 2), a desmotivação no trabalho (Efeito 3), a interrupção das operações (Efeito 4) e conflitos no ambiente de trabalho;
- III - a descontinuidade de ações e projetos (Causa 2) e o atraso ou falhas nas entregas (Causa 3) impactará no atendimento de determinações/recomendações dos órgãos de controle (interno e externo), no descumprimento de atribuições regulamentares, além de prejudicar o alcance dos objetivos organizacionais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte vigente (atualmente o PEJERN 2021-2026) e as diretrizes/iniciativas do Plano de Gestão de cada biênio.

2.12.1 Da referida consultoria sobre as alternativas que o TRE-RN dispõe para a recomposição e o incremento da força de trabalho, a equipe consultora apontou, como um dos 13 aconselhamentos, a terceirização dos serviços de apoio administrativo em unidades com maior criticidade, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, a exemplo da prática adotada por outros órgãos da administração pública, como é o caso do Tribunal de Contas da União (TCU), Justiça Federal de Rondônia (JFRO) e Tribunais Regionais Eleitorais de Goiás (TRE-GO) e Rondônia (TRE-RO). De acordo com o estudo realizado pela Auditoria Interna (finalizado em junho/2023), havia 21 servidores(as) em abono de permanência e com possibilidade voluntária de requerer a aposentadoria em qualquer momento, além de 27 servidores(as) aposentáveis nos próximos 3 anos, demonstrando a gravidade evolutiva da situação de pessoal no âmbito deste Tribunal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

2.12.2 De forma mais específica, a unidade que atua na gestão dos contratos deste Regional, atualmente conta com apenas 4 (quatro) servidores, quantitativo insuficiente para prestar o serviço com a eficiência e eficácia exigida pelo próprio TRE/RN, órgãos de controle e pela sociedade.

2.12.3 As quatro unidades que compõem a Coordenadoria de Orçamento e Finanças contam com, no máximo, 4 servidores cada, sendo responsáveis pela gestão de um orçamento de cerca de 25 milhões de reais de despesas discricionárias e mais de 150 milhões de reais em despesas obrigatórias. Fica evidente que o número de servidores é insuficiente para prestar os serviços adequadamente.

2.12.4 A unidade que realiza as auditorias de contas e de conformidade até então possui 3 servidores(as), dentre eles(as) 2 profissionais com graduação e pós-graduação na área de Contábeis, mesmo cenário que existia antes de assumir o conjunto de responsabilidades advindas do TCU, a partir do exercício de 2020, relacionadas à avaliação contábil-financeira dos ciclos contábeis e operações subjacentes. Ainda vale salientar que, no mesmo ano, também passou a vigorar as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud), estabelecidas por meio da Resolução n.º 309, de 11.03.2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), abrangendo novos regramentos relacionados às fases de planejamento, execução e comunicação dos resultados de cada trabalho avaliativo; ao monitoramento e acompanhamento quanto ao cumprimento de recomendações; aos serviços de consultoria; à avaliação de qualidade de cada projeto de auditoria; os quais se aplicam a todas as unidades da Auditoria Interna. Nesse sentido, denota-se que a unidade responsável pela auditoria contábil-financeira passou a assumir novas atividades, sem a necessária contrapartida de incremento da força de trabalho.

2.13 Em linhas gerais, observa-se que a contratação em questão impactaria os seguintes aspectos:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

- I - Desproporcionalidade entre o substancial volume de demandas atuais e a insuficiente força laboral disponível;
- II - Redução de riscos e, consequentemente, mitigação de vulnerabilidades existentes;
- III - Falta de expertise dos fiscais/gestores acerca das minúcias e especificidades inerentes a contratações que utilizem dedicação exclusiva de mão de obra;
- IV - Sobrecarga de atividades que recaem sobre os gestores e fiscais;
- V - Complexidade da legislação tributária, trabalhista e previdenciária.
- VI - Fragilidade nos procedimentos de fiscalização e análise documental, revestindo-os de maior agilidade, segurança e confiabilidade;
- VII - Exiguidade dos prazos para pagamento tempestivo aos fornecedores, recolhimento de tributos e prestação de informações acessórias aos órgãos de fiscalização;
- VIII - Extensão das atividades de avaliação das demonstrações contábeis e operações subjacentes, em sede de auditoria financeira integrada com conformidade, nos termos das normas de regência internas e externas;
- IX - Complexidade dos trabalhos de auditoria financeira integrada com conformidade, levando-se em consideração a materialidade, os riscos e a sensibilidade das operações, transações e/ou atos de gestão subjacentes, denotando a necessidade de reforço de pessoal de apoio para auxiliar no atendimento das novas demandas;
- X - Volume significativo de Normas Brasileiras de Contabilidade sobre Técnicas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP), a serem consideradas nos trabalhos avaliativos da auditoria financeira integrada com conformidade, nos termos da DN TCU n.º 198/2020, art. 11, § 1º;
- XI - Necessidade de adoção, de forma integral, até as contas referentes ao exercício de 2026, das normas e padrões nacionais e internacionais de auditoria, conforme determina a DN-TCU n.º 198/2020, art. 27;
- XII - Necessidade de fornecimento de assecuração razoável de que as prestações de contas do TRE-RN expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis.

XIII - Exponencial aumento na quantidade de informações sobre pagamentos e retenções efetuadas pelos órgãos públicos exigidos como obrigações tributárias acessórias pelos entes tributantes, resultando numa verdadeira terceirização da fiscalização tributária, tendo como exemplo, no âmbito federal, da progressiva implantação do Sistema Público de Escrituração Digital-SPED.

3. Descrição dos requisitos da contratação

3.1 Requisitos orçamentários:

3.1.1 O valor previsto no Plano de Contratações Anual – PCA para essa demanda é de R\$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais) para 1 ano de contrato referente ao ano de 2024. Dessa forma, a solução mais viável terá como teto orçamentário o valor previsto no PCA.

3.1.1.1 Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

3.2 Requisitos técnicos:

3.2.1 Necessidade de atestado de capacidade técnica, a ser exigido da empresa licitante, que deixe claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN;

3.2.2 Se a solução escolhida demandar mão de obra residente, a licitante deverá comprovar experiência mínima de 03 anos de atuação no mercado, consecutivos ou não;

3.2.3 A depender da solução escolhida será necessária a indicação de profissional (preposto), que será responsável pela comunicação entre a futura contratada e a equipe de fiscalização do contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

3.3 Requisitos temporais

3.3.1 Diante das situações narradas no tópico 2 desses estudos, a solução deve ser provida em caráter de urgência haja vista a dificuldade que os servidores vêm encontrando para cumprir as atividades de apoio.

3.3.1.1 Importante registrar que já existe disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), para que a contratação possa ser iniciada ainda no corrente ano.

3.3.1.2 A disponibilidade orçamentária para início da contratação ainda neste exercício foi autorizada em reunião do Comitê de Governança de Orçamento e Contratações - CGOVCONT (fls. 16).

3.3.2 Os serviços serão enquadrados como continuados, afinal as atividades de apoio são essenciais e devem ocorrer de forma permanente. Como demonstrado nesses estudos, a necessidade desses serviços é urgente pois a sua falta já está prejudicando o bom andamento das atividades aqui relatadas comprometendo o funcionamento regular dos setores envolvidos.

3.3.3 O prazo de vigência do contrato poderá ser de 05 (cinco) anos contados da sua assinatura, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.3.1 Como se trata de um serviço essencial que não pode deixar de ser realizado sob pena de causar prejuízos ao TRE/RN, o contrato preverá a cláusula de prorrogação pelo serviço ser de natureza contínua.

3.4 Requisitos geográficos

3.4.1 A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

3.5 Requisitos operacionais

3.5.1 Se a solução mais viável demandar mão de obra residente, os serviços serão prestados no edifício-sede do TRE/RN situado na Av. Rui Barbosa, 215 – Tirol;

3.5.1.1 Caso alguma unidade do TRE/RN necessite de serviços objeto destes estudos e seja lotada fora do edifício-sede, poderá ser necessária a prestação de serviços no Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE situado na Rua da Torre, s/n – Tirol;

3.5.1.2 Se a solução não demandar mão de obra exclusiva, os serviços poderão ser prestados nas dependências da futura contratada;

3.5.2 Se a solução demandar trabalho com mão de obra residente, como o objeto trata de serviços de apoio na área contábil que serão prestados em caráter permanente, o trabalho ocorrerá em jornada de trabalho parcial, com duração de 30 horas semanais, de acordo com o horário de trabalho dos servidores das unidades envolvidas na presente demanda.

3.5.3 Independentemente da quantidade de serviço ou profissionais, deverá ser adotada a diretriz de contratação com empresa única para prestar todos os serviços necessários, já que são correlatos e muitos deles interdependentes.

3.6 Requisitos de sustentabilidade

3.6.1 A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

3.6.2 Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas naquilo que for cabível.

3.7 Requisitos de segurança da informação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

3.7.1 A futura contratada deverá ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE/RN e assinar termo de sigilo da informação.

3.8 Requisitos econômico-financeiros

3.8.1 Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.

3.9 Requisitos fiscais e trabalhistas

3.9.1 A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

3.9.2 Tais condições devem ser mantidas durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

3.10 Requisitos administrativos

3.10.1 A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

3.11 Requisitos legais

3.11.1 A depender da solução adotada como a mais viável, será analisado se haverá necessidade de registro no conselho de classe da categoria profissional escolhida.

3.12 Requisitos quanto a prevenção e combate ao assédio

3.12.1 A futura contratada deverá ter conhecimento e adotar as práticas de prevenção e combate ao assédio definidas pelo TRE/RN.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

4. Levantamento de mercado

4.1 Solução 1: terceirização com mão de obra residente

4.1.1 Vantagens

4.1.1.1 Considerando as necessidades expostas nestes estudos, todas de caráter permanente, a solução que envolva terceirização com mão de obra residente traz a evidente vantagem de manter o profissional à disposição em tempo real para auxílio na execução dos serviços contratuais;

4.1.1.2 Outra vantagem é que haverá interação em tempo real entre os servidores e os profissionais terceirizados, ou seja, a troca de experiências será contínua favorecendo a eficiência dos serviços a serem executados;

4.1.1.3 Esse modelo de terceirização permite flexibilidade para atuação dos profissionais conforme a demanda das unidades envolvidas na contratação, favorecendo o melhor aproveitamento dos recursos humanos e evitando a ociosidade que porventura venha a ocorrer;

4.1.1.4 O valor a ser pago pelo TRE/RN, caso essa seja a solução escolhida como a mais viável, está dentro da previsão orçamentária indicada no subitem 3.1.1.

4.1.2 Desvantagens

4.1.2.1 As desvantagens para essa solução são as mesmas que envolvem qualquer contratação com terceirização de mão de obra residente, sobretudo a baixa qualificação de algumas empresas prestadoras de serviços que vêm contratando com o Poder Público;

4.1.2.2 Uma dificuldade com esse tipo de contratação é a possibilidade de judicialização por parte dos colaboradores quando ocorrem atrasos no pagamento das verbas trabalhistas por parte da empresa terceirizada;

4.1.2.3 Trata-se então de um tipo de contratação que requer redobrados cuidados por parte da gestão e fiscalização para evitar futuras complicações de cunho trabalhista;

4.1.2.4 Além disso, há de se frisar a necessidade de se prever no Gerenciamento de Riscos e, no Termo de Referência, instrumentos que facilitem a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual e até mesmo a extinção do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

4.1.2.5 Além disso, há de ser citada a rotatividade que pode ocorrer com os profissionais terceirizados, em busca de melhores condições de emprego seja na iniciativa privada quanto em aprovação em concursos públicos.

4.2 Solução 2: assessoria contábil

4.2.1 Vantagens

4.2.1.1 Risco praticamente inexistente de demandas judiciais em matéria trabalhista já que nessa solução não há mão de obra residente.

4.2.2 Desvantagens

4.2.2.1 A contratação de assessoria contábil não se mostra viável, uma vez que a necessidade apresentada nestes estudos referem-se a serviços rotineiros e diários;

4.2.2.2 A prestação de serviços de consultoria abrangendo atividades de aconselhamento, 'assessoria', treinamento e serviços relacionados, também constitui responsabilidade das equipes da AUDI, de acordo com as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud), estabelecidas por meio da Resolução CNJ n.º 309/2020, que por sua vez são baseadas em Normas de Auditoria emitidas pela Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização (INTOSAI, sigla em inglês) e pela Federação Internacional de Contadores (IFAC, sigla em inglês). Nesse sentido, a contratação de assessoria contábil não se apresenta como viável para esta área de atuação, em razão da possibilidade de confundir-se com as atribuições estabelecidas para servidores e servidoras que atuam como auditores e auditoras no âmbito do TRE-RN;

4.2.2.3 Essa solução se mostra mais interessante para serviços técnicos especializados de caráter pontual, o que não é o objeto destes estudos.

4.3 Definição da solução mais viável

4.3.1 A terceirização com mão de obra residente se mostra a solução mais viável para o presente objeto inclusive do ponto de vista orçamentário.

4.3.2 O Decreto 9.507/2018 que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração pública federal direta estabelece no seu art. 3º que:

“Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”

4.3.2.1 De forma similar, a Resolução TSE nº 23.702/2022 que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral estabelece as mesmas vedações dos incisos I, II e IV acrescentando a este último que o quadro de pessoal deve ser o do próprio Tribunal, neste caso o TRE/RN;

4.3.2.2 Por meio de análise dos incisos do Art. 3º do Decreto 9.507/2018, chega-se à conclusão que a opção pela terceirização com mão de obra residente não ofende os incisos I, II e III já que se trata de solução cujas atividades são de apoio e auxílio, ou seja, não demandam tomada de decisão, não há risco de perda de controle de processos e tampouco estão relacionadas ao poder de polícia/regulação e os profissionais terceirizados não terão poder para aplicação de sanções;

4.3.2.3. Com relação ao inciso IV, há de se dar maior destaque, pois envolve a categoria profissional que irá executar os serviços terceirizados;

4.3.2.4 Com relação a categoria profissional responsável pela execução dos serviços, chega-se a duas opções: contador ou técnico de contabilidade já que se tratam de serviços na área contábil;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

4.3.3.1 A primeira não pode ser objeto de terceirização por fazer parte do quadro de cargos previstos para o TRE/RN, conforme observado na tabela às fls. 39, muito embora conte com apenas 4 servidores. Caso o profissional a ser contratado fosse contador, estar-se-ia infringindo o disposto no inciso IV do Decreto e também ao Art. 12, III da Res. TSE 23.702/2022;

4.3.3.2 Restou a opção pela contratação de terceirizados da categoria profissional técnico em contabilidade. Essa categoria possui atribuições compatíveis com serviços de apoio na área contábil conforme verificado na Resolução TSE nº 20.761/2000 (fls. 45). Já as atribuições para o contador envolvem atividades mais complexas como a emissão de parecer, análise contábil de contas anuais, e outras que fogem ao que se requer nesses estudos (fls. 44);

4.3.3.3 Os serviços aqui requeridos são de apoio/auxílio na área contábil que não demandam caráter decisório ou de assessoramento. Deverão ser executados de forma rotineira com baixa/média complexidade. Apenas eventualmente esses serviços poderão ganhar em complexidade, entretanto nada fugindo das atribuições que poderão ser executadas pelos profissionais;

4.3.3.4 As atribuições gerais do técnico em contabilidade estão elencadas às fls. 49/51 (relatório obtido a partir do sistema do Código Brasileiro de Ocupações - CBO). Da mesma forma foram juntadas aos autos as atribuições do contador (fls. 46/48) para fins de comparação. Percebe-se que as atividades destinadas ao técnico de contabilidade possuem a natureza de serviços de apoio na área contábil, ao contrário das atividades dos contadores que são mais complexas;

4.3.3.5 Por fim, o TRE/RN não possui em seu quadro o cargo de técnico em contabilidade. Dessa forma, a contratação de profissionais dessa categoria profissional não infringe o inciso IV retro mencionado;

4.3.3.6 Dessa forma, fica definido que a categoria profissional que prestará os serviços de apoio aqui requeridos é a de técnico em contabilidade.

5. Descrição da solução como um todo

5.1 Contratação de serviços de terceirização de apoio contábil em caráter residente e exclusivo de profissionais da categoria técnico em contabilidade.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

5.2 Nessa solução a prestação dos serviços é prestada de forma contínua, ou seja, sem a sua interrupção que poderia ocasionar prejuízos às atividades de apoio na área contábil.

5.3 Pelas razões expostas nestes estudos, a contratação deverá ser de serviço contínuo, com prorrogações sucessivas de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021, totalizando no máximo 10 (dez) anos de contrato.

5.3.1 O prazo inicial da vigência contratual será de 05 (cinco) anos. Há vantajosidade econômica quanto aos custos iniciais da Contratada que serão absorvidos durante todo esse prazo, gerando uma economia aos cofres do Contratante, diferentemente do que ocorreria se o contrato fosse celebrado pelo prazo de apenas 01 (um) ano, já que os custos iniciais seriam idênticos e absorvidos em prazo inferior.

5.4 A metodologia de cálculo para fins de valor estimado e pagamento será a de posto de trabalho pela dificuldade em se encontrar outras unidades de medida que se adequem ao objeto.

5.5 Diante da necessidade de prover o serviço de apoio contábil e da demanda contínua existente, está sendo proposta a inclusão de posto de trabalho fixo, diurno, com 30h semanais.

5.5.1 Não há necessidade de pacotes de serviços adicionais.

5.7 A empresa contratada deverá demonstrar que possui capacidade técnica e econômica para prestar o serviço objeto do Termo de Referência a ser elaborado. Também deverá estar em quitação com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista.

5.7.1 Na licitação, na fase de aceitação da proposta, a empresa deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços;

5.7.1.1 Não será exigida a apresentação de convenção coletiva do trabalho - CCT específica (conforme jurisprudência do TCU) mas a empresa participante deverá indicar em sua planilha de custos e formação de preços a CCT que serviu de base para a elaboração;

5.7.2 Na fase de habilitação econômico-financeira deverá ser apresentada a documentação exigida em Edital;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

5.7.3 Na fase de habilitação técnica deverá apresentar atestado de capacidade técnica além de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos ininterruptos ou não, de acordo com o disposto na IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG.

5.8 O uso de uniforme é opcional. Será necessário apenas o uso de crachá com foto para fins de identificação.

5.8.1 Não há previsão de uso de EPI na NR-6 do Ministério do Trabalho para a categoria profissional técnico de contabilidade e em relação às atividades que serão executadas.

5.9 Não será exigido registro no conselho de classe, conforme informação obtida no *site* do CRC de Natal/RN. Documento disponível no seguinte *link*: https://www3.cfc.org.br/spw/PortalDocumentos/CRCRN/_ArquivoPortalTransparencia_be2316af-4a1b-4389-b0ee-2e094685db0e.pdf. No subitem seguinte, segue o questionamento que fundamenta a não exigência do registro no conselho profissional respectivo.

5.9.1 “08 – Fiz o curso Técnico em Contabilidade, até quando poderei requerer o registro profissional? Conforme a Lei 12.249/2010, os Técnicos em Contabilidade puderam requerer registro até o dia 01 de junho de 2015. A partir desta data apenas obtêm registro no CRC, os Bacharéis em Ciências Contábeis”.

5.9.2 Será exigida a comprovação de conclusão do ensino médio para fins de contratação do profissional terceirizado;

5.9.3 Também será exigido que o profissional contratado comprove que possui o curso de técnico em contabilidade, por meio de certificado ou declaração da instituição promotora do evento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

5.9.3.1 Tendo em vista que as atribuições profissionais do contador abarcam as do técnico em contabilidade, será aceita comprovação de que o profissional possui graduação naquele curso.

5.9.4 O profissional também deverá possuir experiência mínima de 6 (seis) meses como técnico em contabilidade ou contador.

5.10 As atividades a serem executadas pelos profissionais terceirizados serão melhor detalhadas no Termo de Referência. Essas atividades deverão ser de apoio/auxílio aos serviços na área contábil e seguirão as diretrizes abaixo:

5.10.1 Auxílio na instrução de processos administrativos e na elaboração de relatórios, informações, atos e documentos internos e externos;

5.10.1.1 Como exemplo de atividades descritas no subitem anterior, caberá o auxílio na verificação da quitação das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias dos contratos de mão de obra residente; apoio na análise de planilha de custos e formação de preços nos processos licitatórios e de repactuações contratuais; auxílio na checagem das condições necessárias para a movimentação de recursos retidos em conta-depósito vinculada, conforme regras estabelecidas em contrato e na legislação de regência, mormente, os termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, da Resolução nº 169/2013 do CNJ ou normas que a venha substituí-las além dos normativos internos do TRE/RN.

5.10.2 Execução de atividades de análise e conciliação de contas; incluindo o controle contábil, orçamentário e financeiro; à classificação e avaliação de despesas e elaboração de cálculos;

5.10.2.1 Com relação ao subitem anterior incluem-se as atividades de auxílio às unidades que compõem a área financeira e orçamentária do Tribunal, executando serviços de apoio relativos à emissão/reforço/cancelamento e análise nos aspectos contábeis de notas de empenho; auxílio na apropriação e pagamento de despesas contratuais e folhas de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

pagamento de pessoal além das concessões de suprimento de fundos; apoio nas atividades relativas à retenção e recolhimento de tributos (impostos como ISS e contribuições) e contas de depósito-vinculadas nos contratos de terceirização; apoio às atividades que envolvem os aspectos contábeis relativos aos bens patrimoniais; acesso às principais transações e funcionalidades dos sistemas do Governo Federal – SIAFI (Web e Operacional), SISGRU, TESOIRO GERENCIAL; auxílio na realização de alterações de ajustes no Plano de Contas aplicado ao TRE/RN alicerçado nas classes de contas do PCASP, CONNATSO e orientações correlatas; atualização das planilhas de controle do CADIN; auxílio no controle dos saldos contábeis relativos aos contratos do TRE/RN e na classificação orçamentária da despesa pública;

5.10.1.3 às atividades realizadas no âmbito da AUDI/PRES, a CONTRATADA apoiará o planejamento, a execução e a comunicação dos resultados da auditoria financeira integrada com conformidade, de acordo com as atribuições a seguir:

5.10.3 Acompanhamento da publicação de legislação relacionada com a área contábil e organizá-la de forma que possa ser facilmente consultada;

5.10.4 Acompanhamento das matérias e da documentação sob sua responsabilidade, propondo alternativas e promovendo ações para auxiliar no alcance dos objetivos do TRE/RN;

5.10.5 Auxílio no atendimento aos clientes internos e externos ao TRE/RN;

5.10.6 Execução de suas atividades de forma integrada com as demais unidades da Secretaria do Tribunal;

5.10.7 Execução de suas atividades por meio dos equipamentos disponibilizados pelo TRE/RN, além dos sistemas e recursos informatizados;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

5.10.7.1 Caberá ao(s) fiscal(is) do contrato e os servidores lotados na mesma unidade dos profissionais terceirizados treiná-los na operacionalização dos sistemas informatizados necessários para a execução dos serviços;

5.10.8 Execução de qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito de suas atribuições na área contábil.

5.10.8.1 Deverão ser executados serviços de apoio na execução e comunicação dos resultados da auditoria financeira integrada com conformidade, como auxiliar na análise e conferência de registros contábeis; apoio na análise, estudo e revisão dos ciclos contábeis além de ajuda na elaboração das matrizes de achados desses ciclos; auxílio na análise e conferência de cálculos do processo Gestão de Pagamento de Ativos, Inativos e Pensionistas; auxílio na análise e conferência das demonstrações contábeis e notas explicativas; apoio nas análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, em relação aos seus aspectos contábeis bem como nos procedimentos de recebimento, análise, edição, registro, organização e encaminhamento de documentos e processos da unidade responsável pela auditoria contábil-financeira do TRE/RN.

5.11 A jornada de trabalho será parcial com 6 horas diárias e 30 horas semanais, haja vista a necessidade de serviço permanente tendo como horário o mesmo estabelecido para os servidores das unidades envolvidas na contratação.

5.12 Será exigida da empresa contratada garantia contratual nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.13 A futura contratada deverá ter conhecimento e adotar as práticas de prevenção e combate ao assédio definidas pelo TRE/RN além da política de segurança da informação.

5.15 Por fim, o TRE/RN, como qualquer outra instituição pública ou privada, não pode prescindir dos serviços terceirizados, indispensável à manutenção da eficácia do serviço



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

prestado aos usuários sejam os servidores, autoridades, colaboradores, fornecedores, estagiários, terceirizados e a sociedade em geral.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1 O quantitativo estabelecido leva em consideração as necessidades de serviços elencados pelos setores deste Regional que necessitam de apoio na área contábil.

6.2 Inicialmente os serviços serão prestados nas seguintes unidades com os respectivos quantitativos:

6.2.1 Seção de Gestão de Contratos - 03 (três) profissionais técnicos em contabilidade;

6.2.2 Seções ligadas à Coordenadoria de Orçamento e Finanças - 06 (seis) profissionais técnicos em contabilidade;

6.2.3 Seções ligadas à Auditoria Interna - 01 (um) profissional técnico em contabilidade.

6.2.4 No total serão necessários 10 (dez) profissionais técnicos em contabilidade.

7. Estimativa do valor da contratação

7.1 Foram localizadas duas convenções coletivas do trabalho - CCT registradas no MTE para o estado do RN com a categoria técnico em contabilidade.

7.1.1 A CCT registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o número RN000241/2021 (fls. 52/64) acordada entre o Sindicato dos Contabilistas do RN e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoria, Perícia, Informações e Pesquisas do RN.

7.1.1.1 A referida CCT perdeu sua vigência em 1º de junho de 2022, no entanto, pela ausência de norma coletiva substituta entre os sindicatos, poderão ser adotados os parâmetros nela definidos para fins de estimativa de preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

7.1.1.2 Para fins das atividades a serem executadas no contrato, o profissional contratado deverá ser Contabilista do Nível II previsto na Cláusula Terceira - Reajuste Salarial da CCT com valor salarial de R\$ 1.428,00 (mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

7.1.2 A CCT registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o número RN000035/2023 (fls. 66/89) acordada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana Pública e Privada do RN e o Sindicato dos Trabalhadores Asseio, Conservação, Higienização e Limpeza Urbana do RN.

7.1.2.1 A CCT citada no subitem anterior encontra-se em vigência até 31 de dezembro do corrente ano.

7.1.2.2 Para fins das atividades a serem executadas no contrato, o profissional contratado deverá ser técnico contábil previsto na Cláusula Terceira - Piso Salarial Funcional - Grupo IV da CCT com valor salarial de R\$ 2.022,47 (dois mil e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos).

7.2 Com relação ao salário a ser pago ao profissional, segue na tabela abaixo os valores adotados nas CCTs localizadas para o RN:

CCT	Salário (integral)	Salário (parcial)	Valor pago (1 ano)
RN000241/2021	R\$ 1.428,00	R\$ 973,50	R\$ 268.686,00
RN000035/2023	R\$ 2.022,47	R\$ 1.378,50	R\$ 380.466,00

Memória de Cálculo

7.3 Para o cálculo do valor estimado preliminar, adotando-se a CCT RN000241/2021 como parâmetro, com o fator de multiplicação estimado em 2,3 (também conhecido como fator k) a ser aplicado ao salário, teremos como valor estimado a ser pago pelo TRE/RN por mês para 1 profissional: R\$ 3.284,40 (três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos) para a jornada de trabalho de 44 horas semanais (220 horas mensais).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

7.3.1 Esse fator k é definido como um número a ser multiplicado pelo salário cujo total representa o valor a ser pago pelo ente contratante. Nesse caso, esse fator depende dos benefícios aos empregados, uniformes, EPIs, seguros, exames admissionais/demissionais, ausências legais, enfim tudo que impacta na formação do preço.

7.3.2 Para o cálculo do valor correspondente ao regime de trabalho parcial, com 30 horas semanais (150 horas mensais), ter-se-ia o seguinte:

7.3.2.1 Valor da hora de trabalho: $R\$ 1428,00/220 = R\$ 6,49$. Esse valor foi calculado dividindo-se o salário que corresponde ao trabalho com 44 horas semanais pelas horas totais de trabalho mensais. O resultado corresponde exatamente ao valor da hora de trabalho.

7.3.2.2 Valor do trabalho com 30 horas semanais: $R\$ 6,49 \times 150 = R\$ 973,50$ (novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). Esse valor foi obtido a partir da multiplicação do valor da hora de trabalho pela quantidade de horas mensais trabalhadas.

7.3.2.3 Dessa forma, o valor estimado a ser pago pelo TRE/RN por profissional técnico em contabilidade em trabalho de regime parcial de 30 horas semanais seria: $R\$ 973,50 \times 2,3 = R\$ 2.239,05$ (dois mil, duzentos e trinta e nove reais e cinco centavos). Esse valor corresponde a multiplicação entre o valor de salário mensal do profissional em regime de trabalho parcial de 30 horas semanais pelo fator k estimado em 2,3.

7.3.2.4 Considerando o quantitativo de 10 (dez) profissionais, o valor total estimado mensal ficaria em R\$ 22.390,50 (vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e cinquenta centavos) enquanto o valor estimado anual seria de R\$ 268.686,00 (duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis reais), valor abaixo do previsto no PCA.

7.3.2.5 Importante registrar que a CCT só se encontra ainda vigente porque outra ainda não foi firmada entre os sindicatos interessados e, tão logo seja atualizada e registrada no MTE, os valores deverão ser ajustados.

7.4 Para o cálculo do valor estimado preliminar, adotando-se a CCT RN000035/2023 como parâmetro, com o fator de multiplicação também estimado em 2,3 (também conhecido como



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

fator k) a ser aplicado ao salário, teremos como valor estimado a ser pago pelo TRE/RN por mês para 1 profissional: R\$ 4.651,68 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) para a jornada de trabalho de 44 horas semanais (220 horas mensais).

7.4.1 Cumpre registrar que a CCT não menciona a jornada de trabalho. Nesse sentido, para efeitos desses cálculos preliminares, foi adotada a jornada de trabalho normal de 44 horas semanais, porém paira a dúvida se seria possível manter o salário com a jornada de trabalho de 30 horas semanais;

7.4.1.1 A CCT RN000241/2021 estabelece em sua cláusula vigésima segunda que a jornada de trabalho será de 44 horas semanais e 220 horas mensais, possibilitada a alteração, mediante acordo coletivo, para 40 horas semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DURAÇÃO E HORÁRIO DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais, ressalvadas as jornadas de trabalho especiais previstas em legislação ou lei que regulamente nova jornada de trabalho.

§ 1º – Fica estabelecida a possibilidade, via acordo coletivo de trabalho entre empregado e empregador, ajustar a jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.

7.4.2 Para o cálculo do valor correspondente ao regime de trabalho parcial, com 30 horas semanais (150 horas mensais), ter-se-ia o seguinte:

7.4.2.1 Valor da hora de trabalho: $R\$ 2.022,47/220 = R\$ 9,19$. Esse valor foi calculado dividindo-se o salário que corresponde ao trabalho com 44 horas semanais (ver dúvida do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

subitem 7.4.1) pelas horas totais de trabalho mensais. O resultado corresponde exatamente ao valor da hora de trabalho.

7.4.2.2 Valor do trabalho com 30 horas semanais: $R\$ 9,19 \times 150 = R\$ 1.378,50$ (mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos). Esse valor foi obtido a partir da multiplicação do valor da hora de trabalho pela quantidade de horas mensais trabalhadas.

7.4.2.3 Dessa forma, o valor estimado a ser pago pelo TRE/RN por profissional técnico em contabilidade em trabalho de regime parcial de 30 horas semanais seria: $R\$ 1.378,50 \times 2,3 = R\$ 3.170,55$ (três mil, cento e setenta reais e cinquenta e cinco centavos). Esse valor corresponde a multiplicação entre o valor de salário mensal do profissional em regime de trabalho parcial de 30 horas semanais pelo fator k estimado em 2,3.

7.4.2.4 Considerando o quantitativo de 10 (dez) profissionais, o valor total estimado mensal ficaria em $R\$ 31.705,50$ (trinta e um mil, setecentos e cinco reais e cinquenta centavos) enquanto o valor estimado anual seria de $R\$ 380.466,00$ (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), valor abaixo do previsto no PCA.

7.4.2.5 Adotando-se o valor do salário integral para as 30 horas de trabalho semanal, ter-se-ia o valor total anual de $R\$ 558.201,72$ (quinhentos e cinquenta e oito, duzentos e um reais e setenta e dois centavos), valor pouco acima do previsto no PCA mas possível de atendimento por meio de sobras orçamentárias.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

8.1 O objeto será contratado em item único já que se trata de contratação de terceirização de mão de obra residente com a mesma categoria profissional (técnico em contabilidade) e mesma jornada de trabalho para todos os profissionais, portanto não há necessidade de agrupamento e nem parcelamento de itens.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

9.1 Caso o TRE/RN não tenha em estoque, deverá ser providenciada aquisição de mobiliário (estação de trabalho, cadeira), equipamentos de informática (computador, monitor, telefone VoIP) e materiais de consumo (papel, caneta, lápis...).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

10. Alinhamento entre a contratação e o Plano de Contratações Anual – PCA

10.1 A contratação objeto do presente Estudo Preliminar encontra-se amparada pelo Plano de Contratações Anual (PCA 2024), sob o código da demanda GEC.POO_24.17.

11. Resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

11.1 Os serviços continuados de apoio na área contábil têm como benefício direto a segurança da instituição, sobretudo quanto à análise de documentos contábeis e trabalhistas, contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição. Esse problema se agrava em função da responsabilidade que têm os gestores públicos de proteger o erário e de garantir o cumprimento das atribuições institucionais.

11.2 Como o volume de documentos contábeis é grande, há sempre o risco de dano ao patrimônio. Assim, a contratação sugerida nestes Estudos se justificam também por essa razão.

11.3 Tendo em vista que a área de atuação dos terceirizados é específica na parte contábil, a contratação também se justifica pela melhor alocação dos recursos humanos da instituição.

11.4 Não se pode deixar de mencionar a geração de empregos que essa contratação proporcionará, já que serão contratados 10 (dez) profissionais. A sociedade terá retorno direto com a contratação aqui proposta com a fomentação do mercado local.

11.5 A economicidade também se traduz na sugestão de contratação de todo o serviço de terceirização com empresa única com a alta probabilidade de se chegar a preços mais reduzidos com o aumento dos postos de trabalho envolvidos - 10 (dez) no total.

11.6 A contratação também valoriza o profissional local que, com certeza, será diretamente beneficiado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

12. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato

12.1 Permitir livre acesso aos profissionais terceirizados, inclusive quanto aos seus veículos para fins de estacionamento.

12.2 Não há mais providências a serem adotadas pela Administração a não ser as de praxe, como a indicação de servidores para atuarem na equipe de fiscalização da contratação.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

13.1 A contratação sugerida não demanda recursos naturais, portanto possui baixa geração de resíduos ao meio ambiente.

13.2 Visando minimizar qualquer impacto ambiental, a futura contratada deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN com vistas a instruir seus colaboradores na prática desse instrumento de sustentabilidade, no que for cabível.

13.3 Importante frisar que o TRE/RN dispõe de lixeiras para coleta seletiva e da instalação de um Eco ponto na capital que deve ser utilizado por todos os seus servidores e terceirizados.

13.3.1 Dessa forma, a futura contratada deverá orientar seus funcionários a descartarem os resíduos gerados de forma ambientalmente correta.

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

14.1 A Equipe de Planejamento da Contratação declara que a contratação sugerida nesses Estudos Técnicos Preliminares é viável pois atende às necessidades do TRE/RN elencadas nestes estudos técnicos.

14.2 No entanto, sugerimos que os autos sejam encaminhados à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para fins de ratificação das justificativas aqui apresentadas do ponto de vista da legalidade e apoio quanto à convenção coletiva do trabalho a ser adotada para fins de pesquisa de preços, já que uma delas foi firmada entre sindicatos da área contábil enquanto a outra foi acordada entre sindicatos alheios a esse ramo do conhecimento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

14.3 Caso seja indicada a adoção da CCT RN000035/2023, solicitamos análise quanto à possibilidade jurídica de se manter o salário integral haja vista a inexistência de fixação de jornada de trabalho na referida CCT.

14.4 Caso seja indicada a adoção da CCT RN000241/2021, considerando a jornada de trabalho de 44 horas, diante do que consta na cláusula vigésima segunda e no subitem 7.4.1.1, solicitamos análise quanto a possibilidade de adoção da jornada parcial de 30 horas semanais previstas na legislação trabalhista.

Natal/RN, 28 de julho de 2023

Gildásio Sales da Silva

Integrante Demandante

Lindaci de Albuquerque Maranhao da Silva

Integrante Técnico (substituta)

Ernesto Leca Pinto

Integrante Administrativo